

PROPOSTA CADERNO DE ENCARGOS – ESTUDO PROSPECTIVO DA FILEIRA FLORESTAL

1. Objectivo do Estudo

A AIFF – Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal é o pólo formalmente reconhecido de representação da fileira industrial florestal portuguesa, traduzido pelas sub-fileiras da cortiça, madeira, pasta e papel.

Nesta organização encontram-se representados os principais agentes mobilizadores da fileira. Pretende a AIFF dispor de um estudo prospectivo da fileira florestal em Portugal, que proponha:

- a) A definição das áreas a ocupar pelas três principais espécies florestais, de acordo com três cenários possíveis; a aptidão dos solos e impacto das alterações climáticas, um outro cenário onde se avaliam as metas inicialmente previstas nos PROF's e um terceiro caminho em que não há intervenção política reguladora;
- b) O delineamento de Políticas Florestais concretas para a fileira e em particular as destinadas a atingir a distribuição previamente estabelecida na alínea a);
- c) A avaliação dos custos de implementação das políticas descritas (plantações, adensamentos...), confrontando-a com os custos de nada fazer.

Este estudo deve avaliar o impacto das políticas na indústria, e na economia nacional, de acordo com três cenários que serão indicados mais adiante. Será especialmente importante contemplar a disponibilidade de matéria-prima considerando os novos actores como são as centrais de biomassa, fábricas de pellets e a respectiva relação com a plantação de culturas energéticas.

O sequestro de carbono realizado pelas espécies florestais e a conversão para valores económicos também deve ser considerado no estudo.

Este estudo deve reportar-se a um intervalo temporal de 30 anos, a contar da actualidade. Uma versão intercalar deve ser entregue para validação 3 meses após a adjudicação e o estudo final, 6 meses, igualmente após a data da adjudicação.

2. Detalhe do estudo

O Estudo deverá conter os seguintes capítulos:

1. Introdução
2. Caracterização sumária da situação actual – produções actuais (madeira, cortiça e outros produtos), áreas ocupadas pelas espécies florestais e sua distribuição (Rede Natura 2000, áreas protegidas) e principais indicadores económicos da fileira florestal
3. Avaliação crítica das políticas actuais
 - 3.1. As políticas actuais na produção florestal – Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal e a Estratégia Nacional para as Florestas como pontos de partida
 - 3.2. As ineficiências das políticas actuais – quais os objectivos e de que forma se relacionam com a actividade industrial da fileira e a sua competitividade
 - 3.3. O olhar da sociedade para a floresta – com que perspectiva é encarada
4. O futuro da indústria de fileira florestal
 - 4.1. Cenário 1 – supondo o cumprimento das metas contidas nos PROF's
 - 4.2. Cenário 2 – manutenção das tendências das últimas décadas
 - 4.3. Cenário 3 – cenário de desenvolvimento florestal (tendo em consideração alterações climáticas e aptidão do solo)
5. Detalhe do cenário de desenvolvimento florestal - incluindo, nomeadamente, objectivos e metas quantificadas (área a ocupar, disponibilidade de matéria-prima, produtividade, objectivos energéticos) de acordo com as orientações estratégicas do Pólo representado pela AIFF

6- As políticas necessárias para concretizar o cenário de desenvolvimento florestal – devem ser elencadas medidas de política em áreas como o cadastro, fitossanidade, certificação da gestão florestal, transportes, investigação e desenvolvimento experimental, entre outras, bem como calendário respectivo

7. Avaliação das condicionantes dos normativos comunitários e outros de carácter internacional a que Portugal se encontre submetido

8. Custos e benefícios de implementação do cenário desenvolvimento florestal, incluindo uma comparação com os outros dois cenários

09. Conclusões

Deve ainda ser incluído um dicionário dos termos utilizados, sempre que se justificar pela sua especificidade.

3. Condições

3. 1 Prazo de realização do estudo

Uma versão intercalar do Estudo deve ser entregue para validação no prazo de 3 meses após a adjudicação e a versão final no prazo de 6 meses, igualmente após a data da adjudicação

3.2 A elaboração do estudo será acompanhada por um Conselho Científico, nomeado pela Direcção da AIFF com o qual a equipa que elabora o estudo se compromete a reunir sempre que o referido Conselho considere necessário.

3.3 O montante máximo do Estudo é de 100.000 euros (cem mil euros) mais IVA

3.4 Entrega das propostas

As propostas devem ser entregues na AIFF até 15 dias úteis após a publicação deste caderno de encargos.

3.5. Pedidos de esclarecimentos

As entidades concorrentes podem pedir esclarecimentos sobre o caderno de encargos, até **cinco dias úteis após a publicação**, via correio electrónico. A resposta ao pedido de esclarecimentos será enviada para todas as empresas concorrentes, pelo mesmo meio. Se solicitado pelas entidades concorrentes, poder-se-ão realizar encontros presenciais entre as duas instituições.

3.6 Modo de apresentação das propostas

As entidades deverão apresentar as suas propostas em formato papel e digital, enviar por correio para a sede da AIFF (Av. Comendador Henrique Amorim nº580, 4535-342 Santa Maria de Lamas), ao cuidado de Sara Pereira, com o assunto Estudo Prospectivo.

3.7. Elementos a apresentar

No processo de candidatura a entidade deve apresentar os currículos dos membros da equipa que irá desenvolver o estudo, garantindo que se encontram contempladas e abrangidas as áreas da produção florestal, economia, sociologia, ambiente e ordenamento do território e gestão energética.

Deve ainda constar no processo de intenção de candidatura, a metodologia que será seguida e desenvolvida no decorrer do Estudo.

3.8 Selecção das propostas

As propostas serão seleccionadas tendo em conta os seguintes critérios:

- I. Qualidade técnico-científica da proposta;
- II. Qualidade da equipa;
- III. Adequação da metodologia a utilizar com os objectivos e metas propostos pelo Pólo de Competitividade das Indústrias de Base Florestal;
- IV. Inovação da proposta.

A Direcção da AIFF reserva-se ao direito de propor às entidades concorrentes a fusão de duas propostas, ou a celebração de consórcios ou parcerias.

3.9 Adjudicação da proposta

As entidades serão informadas da adjudicação ou não adjudicação do trabalho no máximo até 15 dias úteis após a data limite de apresentação das propostas.

3. 10 Modo de pagamento,

O preço do estudo será pago em duas tranches. A 1ª tranche, na percentagem de 40%, será paga após validação pelo Conselho Científico do relatório intercalar, e a 2ª e última será paga após a validação pelo Conselho Científico da versão final do estudo, na percentagem em falta (60%).

A entidade responsável pelo Estudo fica obrigada a reunir com periodicidade (a definir posteriormente) com os membros do Conselho Científico.

7. Contactos

AIFF – Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal

Av. Comendador Henrique Amorim, nº580

4535-342 Santa Maria de Lamas

Portugal

Tel. + 351 227 474 040

Fax: +351 227 474 049

E-mail: info@aiff.org.pt

ANEXO INFORMATIVO

Histórico

A AIFF tem ainda um percurso de vida pequeno, constituída no final de 2008, arrancou com as suas actividades em 2009, mas apresenta como visão o previsto estatutariamente:

“A promoção e o exercício de iniciativas e de actividades tendentes à criação de um centro nacional de competitividade, inovação e tecnologia, de vocação internacional, e bem assim, tendo presentes requisitos de qualidade e profissionalismo, promover e incentivar a cooperação entre empresas, organizações, universidades e entidades públicas, com vista ao aumento do respectivo volume de negócios, das exportações e do emprego qualificado, nas áreas económicas associadas à Fileira Florestal Portuguesa”.

Em 2010, a AIFF foi responsável pela edição de um “Relatório de Caracterização da Fileira Florestal”, que pode ser consultado no site www.aiff.org.pt.

3. Caracterização da Associação

A AIFF caracteriza-se por ter uma estratégia delineada em perfeita consonância com uma série de políticas públicas nacionais, em que nos permitimos destacar;

- a valorização de recursos naturais, com incidência nas três espécies florestais mais relevantes (eucalipto, pinheiro e sobreiro);
- a orientação da actividade económica nacional para a área dos bens transaccionáveis e da exportação, única forma de combater um défice da balança de transacções correntes extremamente elevado;
- a intensificação tecnológica da actividade económica levada a cabo em território nacional;

- a preservação ambiental, em particular no que se refere à questão da fixação do carbono e, em geral, à redução da emissão de gases com efeito de estufa;

- a diversificação das fontes de energia primária, com especial incidência na produção de energia a partir de biomassa e de subprodutos lenhosos (com implicações positivas tanto na área energética como na área ambiental);

- a qualificação da população activa, com especial incidência na que trabalha em sectores de actividade de mão-de-obra intensiva e cuja competitividade assenta ainda em vantagens de índole mais tradicional.

Com incidência em praticamente todo o território nacional (a floresta ocupa cerca de 38% do território), o Pólo de Competitividade caracteriza-se, pelo menos nesta sua primeira fase, pelo elevado nível de interacção de entidades nacionais, sendo que a nível internacional, se destaca a vocação predominantemente exportadora das principais empresas nele incluídas.

Em matéria de competitividade e de factores críticos de sucesso, o Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias de Base Florestal propõe-se promover o desenvolvimento sustentável das fontes de matéria-prima, potenciada e regularizada, em quantidade, e melhorada, em qualidade.

Propõe-se também oferecer às actividades económicas do pólo novos argumentos na competição global, com realce para os que advêm da intensificação tecnológica e da conformidade com os princípios da sustentabilidade ambiental.